

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**
2 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3 **ATA 16/97 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

4 Aos 04 dias do mês de setembro de 1997, no auditório da SMS, à Av. João Pessoa,
5 325- 2º andar, reuniu-se o plenário do CMS/POA, para deliberar sobre a seguinte
6 ordem do dia: **Leitos do SUS/Porto Alegre; Hospital Vila Nova; Assuntos Gerais.**
7 Estiveram presentes os conselheiros: Sônia Maria Scheibler, Huguette Chinepe,
8 Humberto Scorza, Luigia Dalla Rosa, Vilson Flores dos Santos, Cecília Nunes Pedroso,
9 Jaci dos Santos, Maria Alice P.G. Calvete, Maria Encarnacion Ortega, Valdivia
10 Gonçalves Lucas, Clelia Machado, Maria Ivone Dill, Alberto Gabellini, Maria Rejane
11 Seibel, Manoel Mayer Júnior, Regina C. Rodrigues, Henrique Fontana Júnior, Jorge
12 Abib Cury, Roger dos Santos Rosa, Delmar Oliveira da Silveira, Deoclides F. de
13 Almeida, Luiz Cesar Cozzatti, Neusa Heinzelmann, Renato Moreli Guimarães, Amaro
14 Silva de Souza, Jairo Luiz Tessari. Estiveram presentes os seguintes visitantes: Lilia
15 M.R. Silva - U.S. Chácara da Fumaça; Brígido Martins Ribas- U.S. Chácara da
16 Fumaça; Maria Rodrigues Neto- U.S. São José; Janete Mengue da Silva- U.
17 Reabilitação; Maria Martins - CRESS; Teresinha Maraskin- G.D. 2; Elisa Kuhn- G.D.6;
18 Maria Encarnacion- Ass. Bom Jesus; Amélia Pereira Camargo- PAM 4; Maria Leticia de
19 Oliveira- CLS 4; Brizola- Conselho Popular da Glória e Justino - Conselho Popular
20 Santa Tereza. Iniciou-se a reunião às 19h e 20 min. Com a leitura da ata do dia 17/7/97
21 da 12ª reunião ordinária do CMS/POA. Após a leitura, a Conselheira Rejane propõe
22 que seja suprimida a parte onde se refere que deve ser regulamentado o cargo de
23 agente comunitário, até garantias trabalhistas e acrescentar “assegurar concurso
24 público para todas às áreas. Feitas as correções a mesma foi aprovada com 04
25 abstenções. Passou-se para a leitura da ata do dia 28/8/97 da 15ª reunião ordinária do
26 CMS/POA, a leitura foi feita pela Clarissa Freitas Coordenadora da Unidade de
27 Avaliação e Controle dos Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde
28 (UACSS/SMS), após a leitura a Conselheira Regina destaca na pág.2, linha 31
29 acrescentando depois da palavra admissional “e termina na reabilitação do paciente”, a
30 ata foi aprovada com 07 abstenções. Passou-se a seguir para o primeiro item de pauta:
31 **Leitos do SUS/Porto Alegre:** Leticia- CLS 4, inicia este ponto informando que o CLS 4
32 fez uma primeira discussão com a direção do Hospital Parque Belém e levantaram-se
33 problemas, tais como: Número insuficientes de leitos na região e na cidade. Por isso
34 avaliaram que esta discussão deveria vir para a plenária, com a presença da
35 UACSS/SMS. Sr. José Brizola- Conselho Popular da Glória fala que sua região tem
36 dois hospitais, são eles: O Divina Providência, que está totalmente desvinculada do
37 SUS e o Hospital Parque Belém, neste não se consegue vaga rápido, há poucos
38 médicos e enfermeiros, isso gera má qualidade devido a grande demanda. Conclui que
39 é necessário fiscalizar para não haver desvio no sistema hoje municipalizado e
40 assegurar que a sociedade tenha atendimento qualificado. Sr. Justino- Conselho
41 Popular Santa Tereza , denúncia que no HCPA para conseguir leito só pagando. Não
42 tem dados que comprovem, mas denuncia que isso acontece no hospital. Quanto ao
43 Hospital Parque Belém afirma que neste hospital há muito espaço, mas falta vontade
44 para aumentar o número de leitos para o SUS. Sugere que seja montado uma
45 emergência pediátrica no Hospital Parque Belém, porque este hospital é estratégico
46 para toda zona sul. No bairro Restinga o Pronto Atendimento da ULBRA não dá conta e
47 a UPACS esta sobrecarregada. Conselheiro Deoclides reclama que é constante na sua
48 comunidade o descontentamento com o Hospital São Lucas da PUC, há reclamações
49 de mal atendimento e encaminhamento para o posto mais próximo da casa do
50 paciente. Há excesso de pacientes e transferências sem o consentimento dos
51 familiares para outros hospitais. Indaga que se o hospital é conveniado para atender o
52 SUS tem que fazer de forma adequado. Finaliza observando que falta a sociedade
53 denunciar os problemas. Conselheiro Humberto diz que historicamente o Hospital
54 Parque Belém tem acolhido a todos, mas com isso a qualidade do serviço fica
55 prejudicada, os profissionais ficam sobrecarregados, principalmente nos fins de

56 semana. Propõe que as entidades de classe fiscalizem esses prestadores. Observa
57 que a Santa Casa optou de cada vez mais privilegiar o atendimento a particulares e/ou
58 convênios privados, em detrimento do atendimento aos usuários do SUS. Afirma que é
59 necessário corrigir as distorções e denunciar, ainda entra gente para internar através
60 de apadrinhamento, via deputados, isso deve ser combatido por todos. Conselheira
61 Regina concorda com as intervenções anteriores. Observa que a administração dos
62 hospitais contratados tem como objetivo lucrar com a doença. Relata que num
63 determinado momento teve que levar um familiar no Hospital Cristo Redentor e ficou
64 impressionada com a má qualidade e desqualificação profissional. Conselheiro Renato
65 também relata uma situação passada no Grupo Hospital Conceição, onde constatou
66 excesso de atendimento, isso é consequência do estado que ficou o sistema público de
67 saúde, as emergências viraram calamidade, as pessoas procuram na esperança de
68 conseguir internação. Afirma que é necessário verificar se os grandes hospitais, Santa
69 Casa, GHC e HCPA dispõem do mesmo número de leitos em relação ao que tinham no
70 passado. Conselheiro Vilson questiona qual é o custo para o município com os serviços
71 conveniados e se a remuneração é pela tabela? Após esta rodada de intervenções
72 Clarissa - UACSS apresenta o levantamento de autorização de internações
73 hospitalares pagas por mês pelo município de 1995 a 1997. A tabela foi construída
74 separando as AIHS da capital e do interior e de todo o Estado. Foi distribuída a tabela
75 para os conselheiros acompanharem a exposição. Quanto aos leitos hospitalares os
76 dados disponíveis são do banco de dados do Ministério da Saúde, que podem ser
77 acessados pela internet. Não foi atualizada a redução de leitos. Clarissa esclarece que
78 é necessário desfazer o mito da “saúde gratuita”. O direito à saúde pública é apenas
79 uma contrapartida de um serviço prestado pelo poder público em troca dos impostos
80 que toda a população já pagou. Responde que a tabela é nacional, cabendo ao
81 município cumpri-la. Com a nova NOB/96 há possibilidade de construir uma tabela
82 regional. Atualmente alguns procedimentos, são bem pagos como na área de
83 cardiologia mas a atenção básica, programas de saúde preventiva são mal
84 remunerados. Sr. Justino questiona qual é o valor que Porto Alegre recebe. Clarissa
85 responde que os valores repassados são R\$ 17.073.000,00 mais 25% que é igual a R\$
86 21.341.000,00. Enfatiza que é necessário haver controle público sobre os contratos de
87 prestação de serviços complementares do SUS. A partir do contrato se normatiza as
88 obrigações, a responsabilidade, o preço, a apresentação das contas, condições de
89 pagamento, o controle avaliação, vistoria e a fiscalização nos serviços. Propostas de
90 encaminhamentos: Conselheiro Deoclides-Aumento de leitos e atendimento
91 ambulatorial. Conselheiro Jairo Tessari explica que a Federação das Filantrópicas que
92 congrega as Santas Casas, Hospital Parque Belém, Hospital Divina Providência,
93 Hospital Espírita, observa que estes são considerados vilões, porque estão reduzindo
94 as vagas destinadas ao SUS em virtude dos baixos valores da tabela. Conselheiro
95 Jairo informa que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) fiscaliza as
96 entidades filantrópicas. Propõe que se pautem uma discussão a exemplo do que está
97 sendo pautado no Conselho Estadual de Saúde. Discutir o que são e o que fazem as
98 filantrópicas - a crise de financiamento do sistema. Conselheira Regina afirma que o
99 Gestor tem que fiscalizar, porque hoje quem padece é a sociedade, porque faltam leitos
100 e cada vez mais os filantrópicos investem em tecnologia para os convênios privados.
101 Quem garante que os leitos destinados ao SUS, 60% pelas filantrópicas estão
102 ocupados. Sr. José Brizola fala que a sociedade ajudou a construir e consolidar estas
103 instituições, através de doações, raspadinhas, etc., e hoje não tem contrapartida.
104 Conselheiro Vilson propõe revisão da tabela, também os municípios do interior devem
105 ressarcir Porto Alegre pelas internações. Conselheiros Humberto e Amaro acrescentam
106 na proposta do Conselheiro Jairo que devemos debater e encontrar mecanismos que
107 assegurem o financiamento do SUS, neste sentido é urgente e necessário unificar
108 forças para aprovação da PEC 169, impõe-se assim a mobilização das organizações
109 da sociedade civil, do governo, dos prestadores e categorias profissionais, de forma
110 que mobilizemos todos para coletas assinaturas e assim teremos a garantia de

111 financiamento permanente. Clarissa retoma os encaminhamentos propostos pelo CMS
112 dentre os quais o aumento do teto financeiro para Porto Alegre. Secretário Henrique
113 Fontana recorda que no processo de municipalização a PMPA insistiu que os recursos
114 que estavam sendo fixados para Porto Alegre seriam insuficientes para pagar todos os
115 atendimentos. No mês de julho a capacidade de internação hospitalar chegou ao limite
116 e o município não tem mais condições de pagar sozinho esta conta. Conselheira
117 Rejane avalia que esta reunião ficou no denunciamento, é necessário aprofundar a
118 discussão da conjuntura da saúde no País. Informa que o COREN pode fiscalizar as
119 condições de trabalho dos profissionais e deve defender os interesses da categoria
120 como um todo, e reafirma que o CMS tem o papel fiscalizador e os conselheiros devem
121 no dia a dia exercer o controle social. **Hospital Vila Nova:** Este ponto ficou prejudicado
122 devido a ausência da direção do hospital e coordenação do CLS 3. Conselheira Sônia
123 propõe que seja pautado novamente, mas com a presença da direção do Hospital Vila
124 Nova e do SINDSAÚDE. Ficou para a 1ª reunião de outubro. **Assuntos Gerais:**
125 **A)** Conselheira Huguette solicita ao secretário Henrique que este responda para a
126 Comissão de Saúde Mental algumas questões que estão sem resposta. Caso contrário
127 terão que trazer a discussão para a plenária. **B)** Conselheira Rejane justifica que sua
128 categoria já está presente em outros dois painéis no II Encontro de Enfermagem/SC-
129 GHC, portanto não há possibilidade de participar do painel “Controle Social: Como a
130 população desencadeia este processo nos serviços de saúde”. Letícia propõe que a
131 Secretaria Executiva procure um representante. Conselheiro Humberto manifesta-se
132 que deve haver comprometimento por parte de quem se coloca a disposição de
133 representar o conselho em atividades fora, e é dever levar a posição do coletivo,
134 portanto numa escolha em cima do evento pode ser prejudicial. A plenária definiu que
135 caberá a Secretaria Executiva procurar uma representação para participar do painel. **C)**
136 Luís Felipe-Coordenador do CVS Centro de Vigilância em Saúde-Fala da ampliação da
137 vacina do sarampo, será aplicada, em crianças de 01 à 11 anos. Completos Para
138 outras faixas etárias o bloqueio e vacinação seletiva para quem tiver contato com caso.
139 Crianças de 11 à 14 devem completar a 2ª dose do sarampo. Conselheiro Humberto
140 pergunta se a MMR. Vai ser de rotina. Luís Felipe esclarece que até o dia 18/10 será
141 campanha e após esta data entrará na rotina do posto. Conselheira Rejane acha
142 importante esclarecer a população da importância da vacina. Conselheiro Humberto
143 pergunta a que se deve a volta da epidemia de sarampo, pois havia uma boa cobertura
144 no Estado, por acaso as vacinas não eram boas. Luís Felipe esclarece que a vacina
145 não dá cobertura individual de 100%. Já foram registrados 16 casos, sendo realizadas
146 ações de bloqueio na escola Estadual Ferreira de Abreu, Colégio Militar e Escola
147 Infantil Carrossel. Os adultos que tiveram contato com pessoas contaminadas e que
148 ainda não desenvolveram a doença devem se vacinar. Os que já contraíram sarampo
149 alguma vez estão automaticamente imunizados. **D)** Comitê de estudo e prevenção da
150 morte materna- Márcia Camargo fala que antes de 1994 quando não existia o comitê
151 registrava-se 58 mortes maternas para 100 mil nascidos vivos, após organizar-se os
152 dados verificou-se que este número subiu para 112 mortes maternas para 100 mil
153 nascidos vivos. No ano passado morreram 27 mulheres na condição de gestante e ou
154 até 42 dias após o parto, isso é que conceitua morte materna. Até o momento 58 para
155 112 parece que com o Comitê aumentou o número de mortes, mas a tarefa do comitê
156 foi criar e organizar o sistema de informação da mortalidade junto ao CEDIS (Centro de
157 Documentação e Informação em Saúde). Trabalham com estratégias para evitar as
158 mortes, informação e educação as gestantes, em Porto Alegre tem um bom nível de
159 atendimento, isso evita a morte. A função do comitê é de dar assistência a saúde
160 anterior incentivando o pré-natal, prevenção gravidez precoce e de risco(especial) e
161 cessaria e os hospitais públicos são de 20% e nos hospitais privados é de 70%. O
162 comitê está voltado para mobilizar a sociedade quanto a saúde da mulher. O CMS é
163 por lei membro do comitê. Estão realizando atividade junto aos hospitais de
164 sensibilização em relação as declarações de óbitos, antes o comitê se reunia para
165 repassar tarefas para a SMS - Secretaria Municipal de Saúde, atualmente há parceria.

